

PAUTA 19



PÁG 08

**GLEISI
HOFFMANN**

PÁG 38

**JACQUES
WAGNER**

PÁG 41

**A VOLTA
DA CULTURA**

**JUNTOS CONTRA
A FOME**

PÁG 19



BAHIA

LULA13 Otto 555
AL GOVEMO JERÔNIMO13
CABALA DO LEVOR

A revista **PAUTA13** é uma publicação sem fins lucrativos do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores - Bahia, criada em 2021.

DIREÇÃO DE CONTEÚDO

ÉDEN VALADARES
RAFAELA CRUZ

REDATORA CHEFE

RAFAELA CRUZ

REDAÇÃO

MARIA CLARA LIMA

DIREÇÃO DE ARTE

RAFAEL CHINA

COLABORADORES

AGNALDO ALMEIDA
AILTON FERNANDES
KLEYZER GUEDES
VITÓRIA ADRIELE
MARCIA ESPÍNDOLA
YURI ALMEIDA
PAULO DANTÃO
SAULO MIGUEZ

REVISÃO

AILTON FERNANDES

FOTOS

RICARDO STUCKERT (CAPA) / ALESSANDRO DANTAS E RICARDO STUCKERT (GLEISTI) / ADRIEL FRANCISCO, ULISSES DUMAS E ARQUIVO PESSOAL (JERÔNIMO) / FERNANDO VIVAS E MATHEUS PEREIRA (BAHIA SEM FOME; POLÍTICAS PARA MULHERES) / ALESSANDRO DANTAS (WAGNER) / RICARDO STUCKERT E ULISSES DUMAS (CULTURA)

AGRADECIMENTOS

ÀS ASSESSORIAS PARLAMENTARES, À EQUIPE DE COMUNICAÇÃO DA BANCADA DO PT NA ALBA E DAS SECRETARIAS DE GOVERNO QUE COLABORARAM COM ESTA EDIÇÃO DA REVISTA.

PAUTA13

Telefone: (71) 3322-8500
Email: redacaoptbahia@gmail.com
Endereço: Rua Ilhéus, 143 – Salvador, Bahia.
CEP: 41.940-570

08 Entrevista com
Gleisi Hoffmann

10 Perfil Jerônimo

14 Artigo
Economia

16 Artigo
MST

19 Combate à fome

24 Encontros
Territoriais

26 Políticas
para mulheres

SU MÁ RIO

30 PT na Alba

34 PT na Câmara dos
Deputados

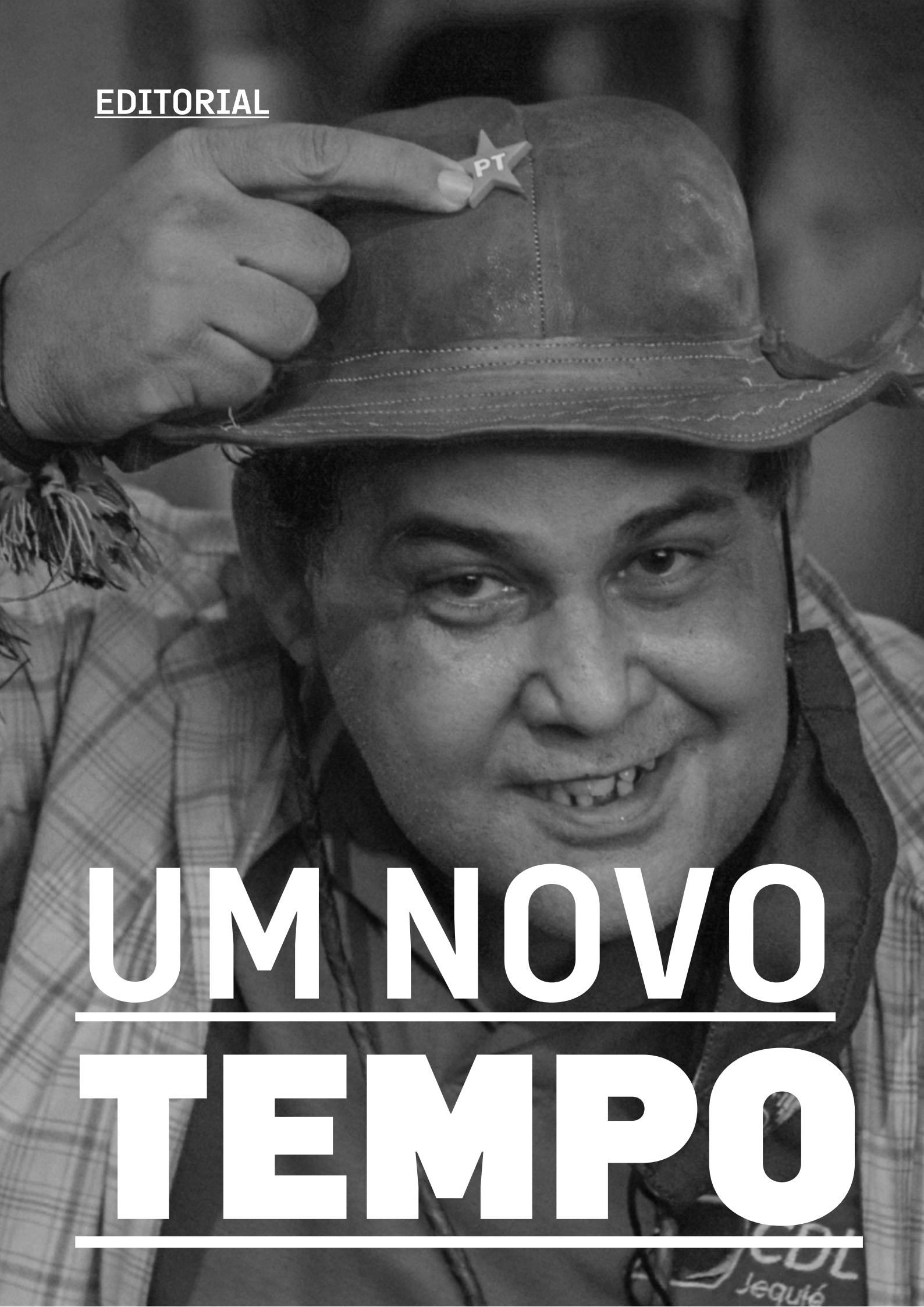
38 Senador
Wagner

41 A cultura voltou

47 Federação Partidária

54 Galeria de Fotos

EDITORIAL



**UM NOVO
TEMPO**

A nova edição da Revista Pauta 13 destaca um desafio lançado pelo nosso governador Jerônimo Rodrigues à sua administração, mas também à sociedade civil organizada, organizações populares, movimentos sociais, partidos políticos e aos que fazem política na Bahia: erradicar a fome no nosso estado. Com absoluta razão, Jerônimo convoca a sociedade baiana para sair da inércia e ir à História, ir ao povo, àqueles que mais precisam para combater a fome – que ofende a dignidade de homens, mulheres e crianças.

A elevação do número de extremamente pobres e a volta do nosso país ao Mapa da Fome são frutos do desgoverno incompetente e desumano que derrotamos nas urnas em 2022. E a reconstrução do nosso país, sob a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é a esperança da classe trabalhadora. Os desafios são gigantescos, na política e na economia, e para falar sobre isso procuramos a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e o deputado federal licenciado e chefe da Casa Civil da Bahia, companheiro Afonso Florence.

Trazemos também nesta edição uma série de matérias sobre os desafios da organização interna do PT e a preparação para a disputa das eleições municipais do ano que vem. Os Encontros Territoriais do PT e o aprofundamento das relações com as direções municipais; a atuação das nossas bancadas na Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e no Senado Federal; o fortalecimento da Política de Mulheres; e os desafios postos com o advento da Federação estão na ordem do dia do PT Bahia e da Pauta 13.

Incluímos também um artigo assinado pela companheira Lucinha, que colabora com uma reflexão sobre o real sentido de uma CPI sobre o MST e a quem ela interessa; e fizemos uma entrevista com o secretário estadual de Cultura, Bruno Monteiro, sobre as políticas dos nossos

governos que valorizam os nossos artistas e as nossas riquezas culturais.

Ao cumprimentar nossa secretária de Comunicação, Rafaela Cruz, responsável por essa edição da revista, saúdo todas e todos os dirigentes, filiados e simpatizantes do PT Bahia, renovando nossa fé de que, após três duros processos eleitorais (2016, 2018 e 2020) e, sobretudo, após as históricas vitórias de Lula e Jerônimo, nos planos nacional e estadual, um novo tempo se avizinha. De mais sucesso nas urnas, ampliação do número de prefeitos e prefeitas, de ampliação das nossas bancadas de vereadores e vereadoras, de mais força política, cultural e social do nosso partido, mas acima de tudo de mais conquistas de direitos e oportunidades para o povo da Bahia e do Brasil.

Pedindo licença ao poeta, estamos certos que apesar dos castigos, dos perigos, da força mais bruta, de toda fadiga, injustiça, apesar de todos os enganos, estamos crescidos, mais vivos, estamos na luta para que nossa esperança seja mais que a vingança. Ao contrário, seja sempre um caminho que se deixa de ensinamento, propósito e herança.

Viva o PT!
Viva a Bahia!
Viva o Brasil!



Éden Valadares,
41, é presidente do PT Bahia.

ENTREVISTA

“

ESSE É

O GOVERNO

COM O POVO E

PARA O POVO”





Entrevista com Gleisi Hoffmann, presidenta Nacional do PT e Deputada Federal

O presidente Lula encontrou um Brasil destruído em todas as áreas. Os estragos perpetrados pela gestão anterior nos últimos quatro anos deixaram o país devastado. Quais os principais desafios a serem superados neste novo mandato do presidente Lula?

Os desafios se deram logo na transição, quando nos deparamos com as políticas públicas, em especial, as sociais desmontadas e não havia orçamento, por isso, a aprovação da PEC foi muito importante, garantido recursos para várias áreas e para o Bolsa Família. Nos primeiros meses do governo, o presidente Lula tem se dedicado principalmente a reconstruir o que foi destruído, aprimorando os programas e ações para esse novo momento. E isso, claro, demanda tempo. Tivemos que partir do zero em muitos casos, poderíamos avançar mais rápido se não tivéssemos encontrado terra arrasada. Acredito que esses são os desafios no primeiro momento. A aprovação da reforma tributária e o marco fiscal também são temas importantes que temos pela frente e, no segundo momento, avançar nas políticas para geração de emprego e renda e fazer o país crescer.

No dia 8 de janeiro de 2023, vivenciamos uma tentativa de golpe de estado. A democracia brasileira, já tão atacada nos últimos sete anos, resistiu bravamente, estando agora mais fortalecida pelo Governo Lula, poderes e instituições democráticas. Como evitar que atos terroristas como este aconteçam novamente?

O fortalecimento das instituições, punição de todos os envolvidos na tentativa de golpe, em especial, os que conspiraram e estimularam, parlamentares, ex-ministros... Isso é fundamental para barrarmos qualquer possibilidade



futura de ataques contra o Estado. Outro enfrentamento importante é a questão das Fake News, por causa delas chegamos nesse universo paralelo de absurdos, por isso, a regulação das bigtechs se faz necessária. Valorizar e defender a democracia todos os dias.

Este novo Governo é de reconstrução do país, especialmente na área social. Como conciliar a pauta da inclusão social, que sabemos ser prioritária para o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores, com o crescimento econômico do país?

Nós já provamos nos governos Lula 1 e 2 que é possível crescer com inclusão social, mostramos que dinheiro na mão do povo ajuda a roda da economia a girar. E é o que vamos fazer de novo com as mudanças necessárias para o Brasil atual, estimulando o setor produtivo e a indústria, aumentando o investimento público com o Estado assumindo o papel de indutor da economia. O Conselho voltou a existir e o presidente vai ouvir todos os setores para aprimoramento das medidas necessárias para impul-

sionar o PIB. Claro que precisamos também que o Banco Central colabore, cumpra seu dever de ofício e reduza os juros. E sem deixar para trás políticas como a valorização do salário mínimo que ao lado de outras ações ajudaram na redução da pobreza e conseguimos, inclusive, sair do mapa da fome.

O Brasil voltou ao mapa da fome, impactando todos os estados, inclusive a Bahia, apesar das gestões bem-sucedidas do Partido dos Trabalhadores aqui. O combate à fome é também uma prioridade do governador Jerônimo Rodrigues. Como a senhora avalia o que está já sendo feito e quais os principais entraves que precisam ser solucionados para combater a fome no Brasil?

É um pouco o que falei anteriormente, uma junção de ações sociais aliadas ao crescimento da economia. Não tem como um país se desenvolver sem que o povo esteja na centralidade das políticas do governo, seja com o Bolsa Família, o salário mínimo, educação e saúde. É comida



no prato, emprego e renda, assim vamos vencer a fome.

Precisamos recuperar a economia, também destruída pela gestão anterior, mas uma taxa de juros tão elevada tem sido um obstáculo. Por que o Banco Central insiste em manter esta taxa? Como esta decisão impacta no dia a dia das famílias brasileiras?

Esse Banco Central é do Bolsonaro e do Guedes, não é o nosso. Não tem compromisso com a vontade do povo eleita nas urnas e o curioso é que há um grande número de empresários e economistas que consideram que as taxas são absurdas e mesmo assim Campos Neto não se move. Aliás, vários argumentos do presidente do BC para não baixar os juros não se sustentam, temos a relação da dívida pública, por exemplo, bem abaixo do que outros países desenvolvidos. Outra questão é a inflação, que está caindo, não por conta do BC. O resultado disso é que o setor produtivo e a indústria não investem e a população não consegue comprar, lembrando aqui que a nossa inflação não é de demanda, e os brasileiros estão endividados.

Para a recuperação da economia também é necessário valorizar o povo trabalhador, que é quem efetivamente constrói este país. Podemos afirmar que o retorno do presidente Lula é também o retorno dos trabalhadores/as ao poder?

ESSE É O GOVERNO COM O POVO E PARA O POVO.

Os povos indígenas sofreram muito nos últimos quatro anos, vide a situação dos Yanomami como triste exemplo. Como podemos atuar no enfrentamento desta crise humanitária e de saúde provocada pela gestão anterior?

O governo Lula agiu rapidamente em relação a isso, levou comida e atendimento à saúde, e também ocupou a região, seja com a PF, Força Nacional, Ibama para enfrentar o garimpo ilegal e o desmatamento. A presença do Estado na TI Yanomami é essencial para a proteção dos povos indígenas.

Em outra questão, perguntamos se, com o presidente Lula, o povo trabalhador retornaria ao poder, mas acreditamos que esta gestão também marca o retorno das minorias, dos negros, das mulheres, das pautas sociais, dos direitos humanos, entre muitos outros. O Brasil está recuperando a sua dignidade sem medo de ser feliz?

Esse é o modo petista de governar, proteger o povo, combater o racismo, a violência contra as mulheres, garantir respeito aos direitos humanos e dignidade a todas e todos. É o propósito de Lula ter voltado à presidência da República, passa pela reconstrução e também pelos direitos, moradia, educação, saúde... Com dignidade vem a felicidade, e é isso que queremos para as brasileiras e brasileiros.



O FILHO DO VAQUEIRO VIROU GOVERNADOR

Jerônimo Rodrigues, primeiro governador autodeclarado indígena do Brasil dá continuidade ao trabalho que faz a Bahia seguir em frente



Foram quase 4,5 milhões de votos nas eleições de 2022. Com a aprovação incontestável dos baianos e baianas, Jerônimo Rodrigues foi eleito para assumir o Governo da Bahia com 52,79% dos votos válidos do segundo turno. A sua vitória também fez o Brasil celebrar um feito histórico: ele foi o primeiro governador eleito do país autodeclarado indígena.

Nascido há 58 anos no povoado de Palmeirinha, zona rural do município de Aiquara, no território de identidade do Médio Rio de Contas (a 400 quilômetros de Salvador), Jerônimo foi o penúltimo dos nove filhos de Seu Ziza e Dona Maria Cerqueira. Seu pai, vaqueiro e agricultor, trabalhava na própria terra e em propriedades rurais da região de Jequié para assegurar o sustento da sua família. Por isso viajava boa parte do ano para garantir comida e dignidade para os seus filhos. Sua mãe também era uma mulher de luta: costurava e fazia marmitas para comercializar. “Eu nasci de uma família pobre, humilde. Na casa não tinha energia elétrica, não tinha água tratada, não tinha escola por perto, não tinha posto de saúde, naquele tempo não tinha UBS. Isso eu carreguei dentro de mim. Minhas raízes

reforçam a missão de governar com a responsabilidade e sensibilidade de quem viveu o que milhares de baianos e baianas vivem todos os dias até hoje”, conta o governador.

“MINHAS RAÍZES REFORÇAM A MISSÃO DE GOVERNAR COM A RESPONSABILIDADE DE QUEM VIVEU O QUE MILHARES DE BAIANOS E BAIANAS VIVEM ATÉ HOJE”

Como a única escola que tinha no distrito de Palmeirinha era multisseriada (com estudantes de períodos diferentes na mesma turma), aos 9 anos, Jerônimo vai a Jequié para iniciar o curso do Ensino Fundamental 2. Após a conclusão do Ensino Médio, decidiu fazer cursinho pré-vestibular em Salvador, juntamente com a sua irmã Marta, sendo aprovado, em 1987, para o curso de Engenharia Agrônoma, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi estudar no campus federal de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, e lá conheceu Tatiana Velloso, também engenheira agrônoma e professora como ele, com quem se casou e teve seu único filho, João Gabriel.

Dedicado aos estudos e com a consciência do papel transformador da Educação, Jerônimo entrou no mestrado em Agronomia da UFBA, com apenas dois anos de formado. Ainda cursando o mestrado, passou para professor na Universi-





dade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e se dedicou a temas como desenvolvimento, semi-árido, educação ambiental, sustentabilidade e participação social.

No Governo Rui Costa, Jerônimo foi secretário estadual do Desenvolvimento Rural (SDR), entre 2015 e 2019, e da Educação, entre 2019 e 2022. Nas duas pastas estaduais, foi responsável pela execução dos maiores investimentos realizados pelo Estado da Bahia na história nesses dois segmentos. Antes, também já havia exercido cargos de gestão no Governo Federal durante a presidência de Dilma Rousseff, e na gestão do ex-governador Jaques Wagner.

Dando continuidade às gestões bem-sucedidas do Partido dos Trabalhadores na Bahia, em cinco meses de trabalho como chefe do executivo no estado, o governador destaca os investimentos já realizados. “Em cinco meses, nós já estamos falando de investimento de quase R\$ 3 bilhões. De investimento! Na área da saúde, da educação. Tenho muito orgulho de fazer parte do time que mudou a Bahia e está reconstruindo o Brasil”, afirma.

“TENHO MUITO ORGULHO DE FAZER PARTE DO TIME QUE MUDOU A BAHIA E ESTÁ RECONSTRUINDO O BRASIL”

Também já neste início de gestão, o Governo da Bahia criou o maior programa social da história do estado: o Bahia sem Fome, que busca garantir que as pessoas em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a alimentos em qualidade e em quantidade necessárias, promovendo a segurança alimentar e nutricional no Estado. As ações do programa vão mobilizar todas as áreas do Governo de forma intersetorial. “O Bahia sem Fome entende a urgência de quem convive com a incerteza da sua próxima refeição, ao tempo que também mobiliza outras ações de políticas públicas para devolver a dignidade à nossa gente. Enquanto houver um baiano ou uma baiana passando fome, não poderemos celebrar a felicidade plena. Temos o desafio não só de acabar com a fome, mas de impedir que ela volte”, destaca o governador.

Onde
história e
formação se
encontram



Escola
Zezéu Ribeiro
DE FORMAÇÃO POLÍTICA



**Acesse e fique
por dentro!**

ptbahia.org.br/escolazezeuribeiro/

CONJUNTURA POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

As eleições presidenciais de 2022 realizaram importante inflexão na correlação de forças políticas no Brasil. O país, nas últimas duas décadas, esteve polarizado por dois projetos políticos nacionais, no seu centro a disputa de modelos econômicos. De um lado, a extrema direita, que vinha implementando um projeto de desmonte do Estado nacional e recolonização econômica; do outro, a esquerda democrática e seus aliados de centro e de direita, com o projeto nacional democrático e popular e a política econômica de desenvolvimento com redução das desigualdades sociais e para a sustentabilidade ambiental.

Bolsonaro tinha entregue a condução econômica do país a canibais do rentismo e a criminosos que atuam no setor de produção mineral ilegal e agrícola com trabalho escravo e devastação ambiental. Após o segundo turno ele hibernou, renunciando à liderança de governo na política econômica, e deixou ainda maior o vazio no espaço político que foi ocupado pelo governo de transição do presidente Lula. Este fato conformou um novo ambiente em que a polarização ideológica pautada pela avalanche

de fake news veiculada pela extrema direita foi substituída pelo debate sobre as expectativas causadas pela transição do novo governo.

Assim, a conjuntura pós-eleitoral foi ocupada, primeiro, pela movimentação dos partidos na disputa pelas posições estratégicas do governo de transição; depois, pela repercussão do vazamento de debates nela travados, ou pelos anúncios de novas políticas de governo; finalmente, pela construção, e articulação para aprovação, da PEC da transição. Durante a transição desenhou-se uma substantiva mudança da conjuntura, ganhava corpo o debate sobre a nova política econômica.

Após a posse de Lula, da tentativa de golpe no 8 de janeiro e da eleição de Arthur Lira, essa mudança se consolidava rapidamente. Inicialmente, esteve marcada pela estratégia do novo governo para construir sua base de sustentação parlamentar; rapidamente, passou a ser pautada pelo debate sobre a política econômica do governo Lula e a proposta do novo regime fiscal.

As corporações de mídia, que deram ampla sustentação ao golpe e à eleição de Bolsonaro,

mantiveram apoio incondicional a sua política econômica. Diante dos primeiros anúncios do governo, retomaram a velha cantilena de defesa da responsabilidade fiscal em contraposição a todas as propostas de gastos sociais, inclusive de aumento do salário mínimo.

Lula, que não fez maioria parlamentar, usou sua enorme capacidade de articulação, transformou em ativo político o amplo leque de apoio conquistado no segundo turno e o ampliou conseguindo a maioria necessária para a aprovação da PEC da transição, que abriu um espaço fiscal de R\$ 170 Bilhões para a retomada de gastos públicos estratégicos como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida (MCMV), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os investimentos da educação, entre outros.

A proposta de novas regras fiscais habilmente apresentada pelo governo foi bem recebida por setores da intelectualidade e do mercado, que precificaram a possibilidade de êxito do governo em fazer a transição da política economicamente sustentável, com estabilidade política. Essa tendência se ampliou bastante pela aprovação do regime de urgência do texto da proposta no plenário da Câmara. Vale registrar que também a proposta de reforma tributária foi, até agora, conduzida muito habilmente pelo ministro Haddad, sendo recepcionada positivamente pelo mercado. Nesse cenário, até a política de valorização do salário mínimo foi encaixada com menor resistência dessa vez.

Acompanhar a evolução da inflação é muito importante porque ela circunscreve o poder de compra das famílias. O Banco Central está projetando aumento da inflação de 5,98% para o ano de 2023. Enquanto isso, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE) estima para este ano uma inflação de 5,6%. Hoje, é quase unânime entre agentes públicos, e do mercado, que há forte tendência de baixa do IPCA. Ainda mais porque todos sabem que a inflação atual não decorre de excesso de

demanda, ao contrário, é inflação de custos.

A repercussão positiva da aprovação derrubou o dólar para R\$ 4,90, menor valor em onze meses. Ao mesmo tempo, ocorreu uma sequência de altas do Ibovespa. Mesmo analistas de mercado apontam sinais de provável melhora na estimativa de crescimento do PIB em 2023, subindo 0,02 ponto percentual, indo para 1,38%. Ao mesmo tempo, a SPE está projetando crescimento de 1,9% para este ano, o que já é muito expressivo.

O governo também anunciou a retomada do crédito para empresas, com taxas de longo prazo para alavancar o investimento privado, assim como para as pessoas físicas, o que é fundamental para a retomada da atividade econômica, que repercute com aumento da massa salarial, que alavanca consumo, e por consequência a arrecadação tributária, que por sua vez lastreia a expansão do gasto público permitindo a reconstrução e ampliação dos programas sociais para redução das desigualdades. Por isso o clamor do presidente Lula pela baixa da taxa de juros está ecoando no país.

Desta forma, é possível afirmar que, a despeito de todas dificuldades, o governo do presidente Lula logrou êxito no propósito de estabilizar politicamente a conjuntura e avançar significativamente na transição para a nova política econômica.



Afonso Florence,

secretário da Casa Civil do governo Jerônimo Rodrigues e deputado federal licenciado.

A QUEM INTERESSA UMA CPI CONTRA O MST?

O Brasil vivenciou um cenário nos anos do governo Bolsonaro onde não foi destinada nenhuma área para assentamento de famílias acampadas no país. A gestão do negacionismo, articulou a paralisação dos processos de aquisição e desapropriação de terras para Reforma Agrária através de uma política de negligência e aparelhamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destruição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de todas as iniciativas governamentais de apoio, assistência técnica, fomento à produção de alimentos e melhoria das condições de vida no campo para os trabalhadores rurais.

Diante desse cenário, precisamos nos perguntar: qual é o verdadeiro sentido de uma CPI sobre o MST?

A quem interessa uma CPI contra o MST?

Uma das marcas do bolsonarismo em nosso país é a intensificação dos ataques contra o MST e outras diversas lutas populares por direitos. Foi incidindo nos territórios das lutas dos movimentos que o governo Bolsonaro tentou se estabelecer para disseminar desinformação, mentiras e conflitos. Tais ataques fizeram o MST transformar essa violenta e constante ofensiva numa ação permanente de resistência, atuando no fortalecimento e defesa dos trabalhadores e

dos territórios de assentamentos e ocupações criminalizados pelos setores aliados do bolsonarismo.

De maneira oportunista articulou a concessão de uso das áreas para famílias que já viviam em áreas desapropriadas, em assentamentos mais antigos. No entanto, é preciso alertar que essa política não teve relação com o compromisso de fazer a reforma agrária acontecer de fato. Tal estratégia foi utilizada como palanque eleitoral para confrontar a esquerda e o MST e produzir um falso comprometimento com a luta pela reforma agrária popular, enquanto em outros territórios milhares de famílias foram violentamente despejadas de acampamentos do MST por todo o país.

E foi nesses territórios que o MST travou suas maiores batalhas contra as falácias desse governo desastroso, enfrentou a presença da força nacional e construiu uma rede nacional de solidariedade, fundamental para aqueles momentos de ausência de um estado cuidador. Por isso, diante da ofensiva, a resposta do MST foi ampliar o seu compromisso com os trabalhadores do país através de uma ação exemplar em defesa da vida.

Enquanto o bolsonarismo assumiu como política nacional a volta da fome para as famílias brasileiras, o MST direcionou a sua produção

em todo país para doação de toneladas de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos a nossa população profundamente vulnerabilizada durante a pandemia de Covid-19. Esses produtos cultivados nos assentamentos ajudaram a transformar a fome de milhões de trabalhadores em solidariedade e são fruto das ocupações de terra legítimas do MST.

Sendo assim, lhes convido, antes de emitir qualquer pré-julgamento sobre o MST, muitos destes estimulados pela rede de mentiras bolsonarista, a se questionar porque o direito à propriedade privada da terra é intocável desde que os colonizadores invadiram esta terra chamada Brasil? Por que não há qualquer discussão sobre o direito à propriedade privada da terra? Por que os donos do poder agem como se o direito à propriedade privada da terra fosse inquestionável, sobrepondo esse a outros direitos fundamentais, como o direito à vida? Por que ainda não é possível debater e mudar? Esse conjunto de questionamentos deveria permear o imaginário da sociedade brasileira, dos líderes eleitos para ocupar o Congresso Nacional e instituições públicas, mas segue sendo um grande tabu.

É a partir destas perguntas que queremos discutir de maneira ampla a estrutura fundiária nacional e suas poucas mudanças ao longo dos anos. O Brasil possui uma das estruturas fundiárias mais desiguais do mundo com a segunda maior concentração de terras, perdemos apenas para o Paraguai que possui uma extensão territorial nacional menor que a nossa.

Deveríamos nos perguntar: por que há tanta terra concentrada em poucas mãos e por que tantas pessoas não possuem o direito à terra?

Vale destacar que na Constituição Brasileira está prevista a necessária garantia de cumprimento da função social da terra, sendo o papel do Estado a “extinção de formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social”. Ao realizar ocupações, lutar pela

garantia do direito à terra e produzir alimentos saudáveis, o MST torna-se uma organização garantidora dessa função social da terra tão importante para a existência de um país democrático.

Segundo o relatório “Terra, Poder e Desigualdade na América Latina”, produzido pela Oxfam, apenas 1% das fazendas ou propriedades rurais na América Latina detêm mais da metade (51,19%) de toda a área agrícola da região. No Brasil, 45% da área rural está nas mãos de menos de 1% das propriedades. Além disso, dados geoespaciais reunidos pelo estudo “Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade” revelam que os 10% maiores imóveis rurais ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto os restantes 90% detêm apenas 27% da área. No entanto, são os pequenos produtores que são responsáveis por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

A terra é uma fonte de riqueza em nosso país, é o motor fundamental para uma verdadeira distribuição de renda e para acabar ou pelo menos reduzir as desigualdades sociais, através da desconcentração da propriedade. Por isso é fundamental democratizá-la.

Retomo aqui a questão norteadora deste texto: A quem interessa uma CPI contra o MST?

Essa não é a primeira vez que as forças reacionárias utilizam o palco do Congresso Nacional para agir contra os movimentos sociais, salvo engano, esta é a quinta CPI instaurada contra o MST.

A nova CPI contra o MST é uma tentativa equivocada e ilegítima, articulada pelos setores do bolsonarismo na Câmara de Deputados, para comparar os ataques ao Palácio do Planalto, ao Palácio do Congresso Nacional e ao Palácio do Supremo Tribunal Federal com a luta estrutural pela garantia de dignidade dos trabalhadores rurais do Brasil.

Nossas ocupações não têm como objetivo depredar o patrimônio público ou privado, pelo contrário, garantem através das ocupações de terra a geração de trabalho, moradia, comida e renda. No lugar da acumulação de capital, característica do agronegócio, as produções do MST possibilitam a partilha de rendimentos que movimentam a economia do país.

A recente CPI também é um novo ataque à democracia e ao governo do Presidente Lula. Miram no MST mas o real propósito desse movimento é desestruturar o novo governo reconhecido pela maioria do povo brasileiro.

Os ataques de 8 de janeiro expuseram a verdadeira face do bolsonarismo no Brasil, demonstrando para a maioria da opinião pública todo seu caráter golpista, antidemocrático e violento. Por esse motivo, a intenção da CPI é a de enfraquecer os movimentos sociais e as lutas populares, atacando o MST e os enfrentamentos para modificar a estrutura fundiária inalterada.

As representações do PT e da esquerda na CPI do MST têm como desafio trazer à luz essas discussões e combater a enxurrada de mentiras, desinformações e ataques covardes. Sei que o caminho não é fácil, temos um cenário onde nossa bancada é minoria entre os parlamentares destacados para a comissão, mas estamos do lado certo da história e isso é fundamental para desarticular as iniciativas golpistas de setores inconformados com a derrota eleitoral.

Vale enfrentar com coragem os representantes de grileiros, do latifúndio, do agronegócio, dos agrotóxicos e do desmatamento ilegal. E por isso gostaria de destacar os meus companheiros Valmir Assunção, com quem divido uma longa trajetória de luta em defesa da reforma agrária na Bahia, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, como importantes defensores da nossa democracia.

Anseio pelo dia em que a população brasileira compreenderá que a verdadeira função social da terra e da natureza é atender e acolher a todas e todos os seus filhos, sem distinção de classe, raça, gênero ou orientação sexual. O povo é da terra e a terra é do povo! Por ora, seguiremos defendendo os que lutam por direitos, seguiremos lado a lado com o MST.

“Segundo o Incra, existem 729 pessoas físicas e jurídicas no Brasil que se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas acima de R\$ 50 milhões à União cada. No total, esse grupo deve aproximadamente R\$ 200 bilhões, com propriedades de área suficiente para assentar 214.827 famílias – quase duas vezes o número de famílias que estão acampadas hoje no Brasil esperando por reforma agrária.”



Lucinha do MST,

secretária nacional de Movimentos Populares do PT e suplente de deputado estadual.



COMBATER

A FOME

É A PRIORIDADE

Governador Jerônimo planeja reduzir pela metade o número de pessoas em grave insegurança alimentar

CAPA

O Brasil voltou ao Mapa da Fome. A crise econômica nacional e o desmonte das políticas federais de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional que marcaram os últimos anos também impactaram a população baiana. Os dados mostram uma realidade crítica. Hoje, mais de 33 milhões de pessoas passam fome no país. Na Bahia, 1,8 milhão delas estão vivendo com insegurança alimentar grave, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022). Para enfrentar esse cenário, o Governo da Bahia criou o maior programa social da história do estado: o Bahia Sem Fome.

Com o Programa Estadual de Combate à Fome do Governo do Estado da Bahia, a gestão petista busca garantir que as pessoas em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a alimentos em qualidade e em quantidade necessárias, promovendo a segurança alimentar e nutricional no Estado. Essa é a prioridade do Governo da Bahia e do governador Jerônimo Rodrigues. A meta é reduzir em 50% o número de baianos e baianas em insegurança alimentar grave, nos próximos quatro anos.

Para superar esse desafio, as ações do Bahia Sem Fome vão mobilizar todas as áreas do Governo do Estado de forma intersetorial. O programa está dividido em etapas. Nesta primeira, que é a Campanha de Doação de Alimentos estabelecendo um grande mutirão para o enfrentamento da fome, todos os setores públicos estão abraçando o Bahia Sem Fome, sensibilizando a sociedade, envolvendo as forças produtivas, iniciativa privada e os segmentos sociais no processo de arrecadação de alimentos. Apenas nos primeiros dois meses, já foram arrecadadas 700 toneladas de alimentos e, destas, 480 toneladas foram entregues às organizações sociais.



Nesta fase inicial está sendo realizado o trabalho de doação e distribuição de alimentos, mas o programa vai além de uma campanha de arrecadação, conforme explica o coordenador-geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome / Programa Bahia Sem Fome, Tiago Pereira da Costa. “A ideia é desenvolver ações estruturantes, que perpassam por acesso à água, inclusão produtiva, novas oportunidades de emprego e renda. As pessoas não querem somente um prato de comida. Elas querem dignidade”, explica.

A titular da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), Fabya Reis, destaca que o Programa Bahia Sem Fome é um efetivo mutirão para combater os diversos níveis de insegurança alimentar no estado.

“Esta missão se materializa no diálogo e construção com os diversos setores da sociedade. Trata-se de uma tarefa urgente diante do aumento significativo dos índices de pobreza e de fome no país, além da negligência desta pauta em nível federal, durante o nefasto período do governo Bolsonaro”, pontuou.

A Seades, que no âmbito da sua estrutura conta com programas, serviços e equipamentos no campo da promoção da segurança alimen-

tar, integra o Gabinete de Gestão do Programa Bahia Sem Fome.

Como funciona o Bahia Sem Fome

O Governo do Estado está coordenando a primeira etapa do Bahia Sem Fome – a campanha de arrecadação e distribuição de alimentos. Todas as secretarias do governo estão contribuindo para o sucesso do programa. “Quem tem condições de doar, está doando, sejam cestas básicas, seja gênero alimentício não perecível, e quem precisa receber está recebendo através das organizações sociais”, explica o coordenador-geral do Programa Bahia Sem Fome, Tiago Pereira da Costa.

As doações são entregues a organizações sociais cadastradas no programa que trabalham com o público em extrema vulnerabilidade, aumentando ainda mais a capilaridade do programa. As organizações entregam as doações a quem mais precisa – público-alvo da ação. “São pessoas em situação de rua, em situação de insegurança alimentar grave, catador de material reciclável, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, mães solas, mulheres negras”, detalha Costa. No total, já são 3.380 organizações cadastradas no site do Bahia Sem Fome.

Além do eixo “Abastecimento Alimentar/Doação de Alimentos”, o programa também vai atuar em outros seis: “Inclusão Social/Transferência de Renda”, “Inclusão Produtiva”, “Abastecimento Hídrico”, “Gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Estado e apoio aos Municípios”, “Participação Popular/Controle Social” e “Acesso a Serviços por meio da Rede de Equipamentos Públicos e Integrados”. Um exemplo de articulação desses eixos está no estímulo e apoio à produção e ao acesso a alimentos saudáveis, estabelecendo estruturas de produção, abastecimento, distribuição e regulação desses produtos. Neste aspecto, o primeiro projeto de Lei enviado pelo Governador Jerônimo Rodrigues a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), foi o que institui a Agroecologia e Produção Orgânica, sendo aprovado e já sancionado pelo governador. É uma sinalização pública de que a Agroecologia é uma possibilidade concreta para se combater a fome no Estado, sendo uma grande articulação da Coordenação-Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome. Como resultado, quem mais precisa terá comida saudável na mesa e oportunidades de trabalho, emprego e renda, fortalecendo também a agricultura familiar, os povos e comunidades tradicionais e as iniciativas sociais de apoio às famílias em situação de





vulnerabilidade extrema.

De acordo com Costa, quando o Programa Bahia Sem Fome se tornar uma política pública, após a aprovação do Projeto de Lei pela Alba, ele terá orçamento próprio e fará parte de fato da estrutura do Governo da Bahia. “Assim, depois de aprovada a Lei, o estado poderá direcionar no orçamento a viabilização de um alcance maior”, completa.

Participação popular e Rede integrada

O Bahia Sem Fome é fruto de um amplo processo de escuta e participação social durante a elaboração do Programa de Governo Participativo (PGP). Na ocasião, o Governo da Bahia promoveu estudos em parceria com setores da sociedade com o objetivo de avaliar a situação da insegurança alimentar e hídrica nos domicílios urbanos e rurais. Com os resultados em mãos, o Bahia Sem Fome foi criado.

Um dos eixos de atuação do programa prevê a criação da Rede de Equipamentos Públicos e Integrados no Combate à Fome no Estado da Bahia, como instrumento de articulação e transversalidade de ações estratégicas destinadas à efetivação do Bahia Sem Fome.

Costa explica que essa rede funciona incorpo-

rando todo o sistema já existente de proteção social no Brasil e na Bahia, sendo composta, por exemplo, pela Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com centros diversos, Sistema SUS, com suas unidades de saúde e bancos de leite, o Sistema Estadual de Ensino, com as escolas, universidades, Escola Família Agrícola, entre outros. “Nós só vamos conseguir avançar nas ações estruturantes do Bahia Sem Fome se estabelecermos uma rede de equipamentos públicos e integrados para o combate à fome, considerando que o Governo sozinho tem limitações de consolidar esse processo”, afirma.

O gestor ressalta também que o programa estadual de transferência de renda (Bolsa Presença) já foi ampliado e que atende a um público em extrema vulnerabilidade. Além disso, o Governo estadual já determinou que 100% do recurso que do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) seja direcionado para aquisição de produtos da agricultura familiar, fortalecendo toda uma cadeia econômica e social. “Estamos estabelecendo parcerias com as universidades e com a SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais) para que possamos monitorar os indicadores de fome no estado. É uma ação inovadora e uma política pública transversal, intersetorial e sistêmica porque só assim vamos vencer o flagelo da fome no estado”, finaliza Costa.

A BAHIA PRECISA DO PT E O PT PRECISA DE VOCE

CAMPANHA DE DOAÇÃO PARA O PT BAHIA



**REALIZE SUA DOAÇÃO VIA
TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA!**

PARTIDO DOS TRABALHADORES
CNPJ. 13.477.302/0001-05
BANCO DO BRASIL
AG 2957-2 CC 25166-6



BAHIA

ENCONTROS SÃO MARCADOS PELA GRANDE PRESENÇA DE LIDERANÇAS POLÍTICAS E DA MILITÂNCIA

O PT Bahia deu início aos Encontros Territoriais deste ano para fortalecer e organizar a legenda em toda a Bahia, que atualmente tem mais de 350 diretórios municipais e Comissões Provisórias. Os encontros serão realizados em todos os Territórios de Identidade do estado neste primeiro semestre e retomados ainda no segundo.

Desde o início das atividades, em abril, as mobilizações têm sido marcadas pela grande presença de lideranças políticas, dirigentes e membros partidários, de prefeitos, vice-prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, deputados e secretários de Estado, além da militância.

Presidente do PT Bahia, Éden Valadares falou sobre a primeira rodada dos encontros deste ano. “Após duas iniciativas frustradas pelas ondas da pandemia, voltamos a realizar os encontros. Na verdade, reencontros territoriais do PT Bahia, mobilizando e organizando nosso partido, as direções, militância e filiados. Essa é uma característica muito forte do PT: a construção coletiva. Portanto, o saldo é muito positivo desta primeira rodada e, semestre que vem, faremos mais uma.”





Pintadas



Teixeira de Freitas



Alagoinhas



Ibotirama

CAIXA
MULHERES
DE FAVELA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A FORÇA DA
CAIXA COM
A POTÊNCIA
DA FAVELA.

NO ALTO DO MORRO TEM MULHER QUE SONHA ALTO.





Políticas para Mulheres

Governo da Bahia coloca mulheres em protagonismo e estrutura políticas públicas em parceria com a sociedade

Implantada em 2011, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA) tem um papel central no Governo do Estado. A pasta é responsável pelo planejamento, coordenação e articulação da execução de políticas públicas para as mulheres, realizando também ações de prevenção e de enfrentamento à violência de gênero e para a promoção da autonomia econômica das mulheres com ênfase na inclusão produtiva. Neste início de mandato, com a secretária Elisângela Araújo à frente da SPM-BA na gestão do governador Jerônimo Rodrigues, ações importantes já estão sendo implementadas.

Em março deste ano, no Encontro Estadual de Gestoras Públicas da Bahia, grande evento realizado na Assembleia Legislativa da Bahia, foi apresentado o “Oxe, me Respeite! - Na Escola”, iniciativa reformulada do projeto de prevenção à violência de gênero, que vai discutir relações de gênero e diversidade com estudantes da rede estadual de ensino. No evento, foi também lançada a nova metodologia do Projeto Salas de Gênero, que vai promover formações continuadas para docentes da rede básica estadual de

ensino para promoção de uma educação antixista e antirracista. Os projetos foram construídos numa parceria entre a SPM, Secretaria de Educação e o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminicídio (UFBA).

Na ocasião, a secretária Elisângela Araújo destacou a missão do governo de debater, articular, construir as políticas públicas para as mulheres do estado, ressaltando a importância da sintonia desta gestão com a política nacional. “Só vamos vencer esse mal das violências contra as mulheres se a gente dialogar com a sociedade e entender que é uma responsabilidade de todos”, completou. As ações desenvolvidas pela SPM-BA se fazem ainda mais necessárias quando analisados os dados sobre a violência contra as mulheres na Bahia. Levantamento realizado pela Rede Observatórios da Segurança aponta um aumento de 58% nos casos de violência em 2022 no estado, que também registrou o maior número de feminicídios entre os estados do Nordeste.

Outra importante ação já realizada foi a assinatura e publicação no Diário Oficial do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (PEEVCM). O plano estabelece os princípios, diretrizes, metas, ciclos de implementação, iniciativas estratégicas, governança, monitoramento, avaliação e gerenciamento de risco do Sistema Estadual de Segurança Pública entre os anos de 2023 e 2032, para alinhar as políticas estaduais e federais de enfrentamento à violência de gênero.

Também neste primeiro semestre estão sendo realizados encontros para a apresentação da nova metodologia “Elas à Frente” no edital “Empreendimentos Liderados por Mulheres”, baseado no programa Bahia Sem Fome – uma iniciativa do Governo do Estado por meio da parceria entre a SPM-BA e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). O objetivo do edital é dinamizar o processo produtivo de empreendimentos econômicos liderados

por mulheres em toda a Bahia para a emancipação e empoderamento feminino. Com a ação, a gestão estadual promove também o aumento da renda e a segurança alimentar e nutricional, destinando recursos para aquisição de equipamentos, compra de insumos, capacitações e construção de agroindústrias.

A campanha “Dignidade Menstrual, Diga SIM!” é outra ação fundamental lançada neste ano pela SPM-BA para atender às necessidades das mulheres e jovens baianas, reduzindo a pobreza menstrual. Com a campanha, a estimativa é que 5,6 milhões de pessoas que menstruam sejam alcançadas.

Também vale destacar a realização do podcast “Elas à Frente”, já lançado, e do “Mulheres da Terra”, que em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) vai abrir a comemoração dos 200 anos do 2 de Julho, a Independência do Brasil na Bahia.

Entre outras ações já anunciadas estão o edital de “Empreendimentos Econômicos Liderados por Mulheres Indígenas”, com a proposta de dinamizar a produção de empreendimentos econômicos liderados por mulheres indígenas em diversos municípios baianos; a realização de Encontros Territoriais para interiorizar e fomentar políticas públicas para as mulheres; o edital “Elas à Frente: Mulheres Chefas de Famílias Monoparentais da Região Metropolitana de Salvador”; o Projeto Horta Urbana Elas à Frente, para a inclusão socioprodutiva das mulheres e ações para a segurança alimentar e nutricional; a Linha microcrédito para Mulheres, para incentivar o empreendedorismo feminino; o Selo Lilás, uma certificação concedida pelo Governo da Bahia para as empresas que promovam ações de valorização da mulher e de enfrentamento da desigualdade de gênero no ambiente de trabalho. As iniciativas contam com a parceria, integração e cooperação de diferentes órgãos e secretarias estaduais.



Elas à frente



JUNTOS COM JERÔNIMO E LULA PELO POVO BAIANO

A bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Alba) é uma das maiores representações partidárias na nova legislatura da Casa Legislativa. É composta por nove parlamentares, sendo três deputadas (Fátima Nunes, Maria del Carmen e Neusa Cadore) e seis deputados (Euclides Fernandes, Júnior Muniz, Paulo Rangel, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto e Zé Raimundo), todos reeleitos e com vasta experiência legislativa.

Alinhada com os governos da Bahia e do Bra-

sil, nesta nova legislatura, a bancada segue defendendo lutas importantes como o desenvolvimento social, urbano e do campo, direitos humanos, sociais e trabalhistas, a geração de mais emprego e renda, o acesso à moradia digna e a serviços de saúde de qualidade, a defesa da educação, do meio ambiente, do esporte e cultura, entre muitas outras pautas.

A seguir, apresentamos as deputadas e deputados que compõem a bancada do PT na Alba e algumas de suas ações e projetos mais recentes.



Osni Cardoso (deputado estadual licenciado)

Reeleito como deputado estadual, Osni Cardoso se licenciou do cargo na Assembleia Legislativa da Bahia para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Governo da Bahia. Na última legislatura, com um mandato pautado pelas causas sociais e desenvolvimento territorial, o parlamentar atuou como líder do PT na Alba e integrou importantes comissões, como a Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação, Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e suplente na Comissão de Agricultura e Política Rural, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública e na Comissão Especial Complexo Intermodal da Fiol, Porto Sul e Complexo Viário do Oeste (Ponte Salvador-Itaparica).



Fátima Nunes

Pela primeira vez a bancada do Partido dos Trabalhadores na Alba é liderada por uma mulher. A deputada Fátima Nunes é responsável, como líder, por ser a porta-voz de todos os deputados e deputadas petistas na Casa Legislativa. Nesta nova legislatura, entre importantes ações, a parlamentar já indicou ao governador da Bahia a implantação de Centros de Referência Estadual para assistência à gestante nos Territórios de Identidade e apresentou um Projeto de Lei (PL), por meio da Liderança do PT, que dispõe sobre a impossibilidade de cobrança de tarifa de energia por estimativa ou com base em tarifa mínima, estabelecendo prazos para instalação dos serviços pela concessionária, entre outras providências. A deputada integra ainda a Comissão de Agricultura e Política Rural, a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, a Comissão dos Direitos da Mulher, a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.



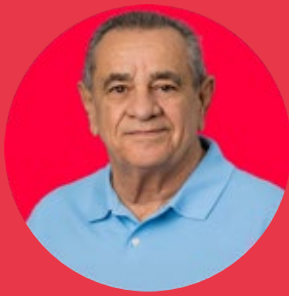
Maria del Carmen

A deputada Maria del Carmen é a primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa da Bahia, um momento histórico para o legislativo baiano, já que a CCJ é a comissão mais importante da Casa. A parlamentar também compõe, como suplente, a Comissão dos Direitos da Mulher, a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos. Nesta nova legislatura, entre outras importantes ações, a deputada também preside a Frente Parlamentar de Combate à Fome, proposta por ela, e já promoveu neste mês de maio o 1º Fórum de Fibromialgia da Bahia, uma realização conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde e Saneamento da Alba.



Neusa Cadore (suplente em exercício)

Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, a deputada Neusa Cadore inicia sua nova legislatura apresentando importantes projetos como o PL 24.854/2023, que institui e inclui no calendário oficial de eventos do Estado da Bahia, o Mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. É de sua autoria a Lei do Selo Lilás, para premiar empresas que desenvolvam programas e ações que reconheçam o potencial das mulheres, seja na equiparação salarial ou na luta contra o assédio feminino. Também nesta legislatura, assumiu a relatoria do PL 21.916/2016, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. A deputada também articula iniciativas voltadas à convivência com o semiárido, sendo ainda relatora das leis de apoio ao Cooperativismo, à Economia Solidária e às Escolas Famílias Agrícolas (EFAS).



Euclides Fernandes

O deputado Euclides Fernandes compõe a CCJ e a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho como titular, e integra a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle como suplente. Neste novo mandato, apresentou uma indicação ao ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, para que sejam adotadas as medidas necessárias para a implantação um polo logístico e aduaneiro no município de Jequié, fortalecendo ainda mais o potencial econômico da região tendo em vista o funcionamento da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), o PL 24.744/2023, que visa responsabilizar a Suprev a realizar a prova de vida dos seus assegurados, o PL 24.752/2023, que institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de Canabidiol, em associação com outras substâncias Canabinóides, em caráter de excepcionalidade pelo poder executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniadas ao SUS, entre outras ações.



Júnior Muniz

Como atual presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho da Alba, o deputado Júnior Muniz criou o projeto da Comissão Itinerante, levando o colegiado até os municípios baianos para que as demandas regionais sejam ouvidas e atendidas. O primeiro encontro aconteceu no mês de maio deste ano, na cidade de Jequié. Entre outras ações e importantes projetos de lei já apresentados por seu mandato nesta nova legislatura estão o PL 24.808/2023, que dispõe sobre o direito das mulheres a terem acompanhante nas unidades de saúde públicas e privadas da Bahia, e o PL 24.848/2023, projeto de alteração legislativa que prevê o pagamento do pedágio através de PIX ou cartão de débito/crédito. O deputado também integra a Comissão de Saúde e Saneamento.



Paulo Rangel

O deputado Paulo Rangel é o atual vice-líder do Governo na Alba. O parlamentar também é titular das comissões de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, além de estar como suplente na Comissão de Constituição e Justiça. Nesta nova legislatura, o deputado pretende reapresentar importantes projetos de lei de sua autoria, que foram arquivados, a exemplo do PL 18.034/2009, que tem como objetivo a regulamentação de um procedimento para a melhoria da saúde pública nos municípios do interior do Estado, e do PL 18.524/2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de representante dos empregados nos Conselhos Deliberativo das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Autarquias e Fundações do Estado da Bahia, tendo como finalidade principal democratizar os atos das entidades estatais, frente aos seus funcionários.



Robinson Almeida

Líder da Federação PT, PV e PC do B, o deputado Robinson Almeida já apresentou nesta nova legislatura dois importantes projetos de lei. O PL 24.791/2023 veda a concessão de incentivos e benefícios financeiros e fiscais, de qualquer espécie, pelo Estado da Bahia para pessoas jurídicas que tiverem em seu quadro societário pessoa condenada por atentado ao Estado Democrático de Direito e aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Já o PL 24.880/2023 prevê a aplicação de punições contra empresas com funcionários denunciados por práticas discriminatórias de qualquer natureza, praticadas em suas dependências. O parlamentar integra a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, a Comissão de Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Serviço Público, a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.



Rosemberg Pinto

O deputado Rosemberg Pinto é o líder do Governo e da Maioria e integra a Comissão de Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Serviço Público, a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, Comissão dos Direitos da Mulher. Dentre importantes ações e projetos de sua autoria na última legislatura estão o PL 24.380/2021, que determina a instalação de balcões de serviços em blitz de trânsito no estado, o PL 23.236/2019, que proíbe a cobrança na Bahia via serviços de telemarketing, mensagens SMS, mensagens via Whatsapp e qualquer outro meio de comunicação fora do horário comercial local, e o PL 23.492/2019 que torna obrigatório o acompanhamento do profissional nutricionista nas unidades escolares da rede privada de educação infantil, regular e integral, no âmbito do estado.



Zé Raimundo Fontes

Eleito para o posto de primeiro vice-presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia para o biênio 2023/2025, o deputado Zé Raimundo Fontes assumiu interinamente, em fevereiro deste ano, a presidência da Alba, em função de uma viagem que o presidente da Casa, Adolfo Menezes, fez ao exterior. Esta foi a primeira vez que o deputado ocupou a Presidência da Casa. Entre outras atividades, o parlamentar também integra como titular a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, e como suplente a Comissão de Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Serviço Público.

BANCADA BAIANA É DESTAQUE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



O Partido dos Trabalhadores tem uma das maiores bancadas na Câmara dos Deputados, e a Bahia fez bonito elegendo sete parlamentares. A bancada do PT baiano é formada pela deputada federal Ivoneide Caetano, em seu primeiro mandato, e pelos deputados reeleitos Jorge Solla, Joseildo Ramos, Josias Gomes, Valmir Assunção, Waldenor Pereira e Zé Neto. O time representa uma importante força de apoio ao presidente Lula e segue trabalhando pelo desenvolvimento da Bahia e do Brasil.

Conheça, a seguir, os parlamentares que compõem a bancada do PT da Câmara dos Deputados, com destaque para algumas de suas ações e projetos mais atuais.



Ivoneide Gaetano

Ivoneide Gaetano é a única mulher eleita pelo PT baiano para a bancada federal e uma das cinco representantes femininas baianas no congresso nacional. Nesta legislatura, a parlamentar faz parte da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, coordena a região Nordeste na Frente Parlamentar dos Químicos, integra a Frente Parlamentar do Empreendedorismo, sendo a única mulher a fazer parte da Subcomissão Permanente de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, e está como suplente na comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



Jorge Solla

Em seu terceiro mandato, o deputado Jorge Solla é titular da Comissão de Saúde e suplente com presença constante na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Durante a pandemia, o parlamentar criou projetos de lei importantes sobre telemedicina e para acelerar a liberação de medicamentos e insumos da Saúde para enfrentar a Covid-19. Recentemente, encaminhou projeto que estabelecia a recontração de profissionais que já atuaram no passado no programa Mais Médicos (PL 747/2023), e mais recentemente viu ser sancionado o PL 6836/2017, que integra a Política Nacional de Saúde Bucal, por meio do Brasil Sorridente, ao Sistema Único de Saúde.



Joseildo Ramos

O deputado federal Joseildo Ramos, reeleito para seu segundo mandato, é membro das comissões de Desenvolvimento Urbano, Finanças e Tributação, Legislação Participativa, além da Comissão Especial de Obras Paralisadas e Inacabadas. Entre outras importantes ações, é o autor do Projeto de Lei do Direito à Água (PL 1922/2022), que garante condições mínimas fundamentais às populações mais vulneráveis e do PL 2844/2020, que foi apensado ao PL das Fake News, que determinava multas e outras sanções às empresas, sejam públicas ou privadas, que anunciam em sites que disseminam notícias falsas. O parlamentar também relatou o PL 488/2021, que proíbe o uso de técnicas de arquitetura que afastam de locais públicos a presença de pessoas em situação de rua, é um dos articuladores da criação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia.



Josias Gomes (suplente em exercício)

Em seu quinto mandato, o deputado federal Josias Gomes é vice-líder da bancada do PT na Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB). Nesta legislatura, também participa da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O parlamentar é relator do PL 4511/21, que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural. Tem promovido também reuniões entre prefeitos, entidades da sociedade civil e lideranças com Ministros, a exemplo de Rui Costa, da Casa Civil, Márcio Macêdo, Secretaria-Geral da Presidência, Alexandre Silveira, Minas e Energia. Esteve como secretário de Relações Institucionais e secretário de Desenvolvimento Rural nos governos estaduais de Rui Costa.



Valmir Assunção

Atual vice-líder do PT na Câmara, o deputado federal Valmir Assunção é membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para disputar o debate da reforma agrária e das questões referentes à vida do povo do campo, das águas e da floresta. Integra também o Núcleo de Parlamentares Negras e Negros do PT, recriado em ação conjunta da Liderança do PT na Câmara dos Deputados e da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do partido, em 2023. Nesta legislatura, seu quarto mandato, o parlamentar propôs, entre outras ações, a inclusão dos assentamentos de reforma agrária no rol de investimentos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), por meio do PL 2356/2023, que garante a participação desses assentamentos no Programa Internet Brasil ainda em vigor.



Waldenor Pereira

Em seu quarto mandato de deputado federal, Waldenor Pereira integra as comissões de Educação, Cultura e Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. É vice-presidente da Frente Parlamentar Mista do Livro, da Leitura e da Escrita e tem atuado para estimular o hábito na Bahia. O deputado presidiu, no mandato passado, a Comissão de Legislação Participativa (CLP), um colegiado onde a sociedade civil tem voz. Foi também indicado ao Prêmio Congresso em Foco, na 14ª edição, figurando na lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Já neste ano, em reunião com o ministro da Casa Civil, o deputado apresentou, entre outras pautas, as solicitações para a duplicação da BR-116, com a construção de viadutos no entorno do anel viário conquistense, e a criação da Universidade Federal do Sudoeste.



Zé Neto

O deputado Zé Neto, reeleito para seu segundo mandato federal, assumiu nesta legislatura a presidência da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias e da Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral. Recentemente, assumiu também a Coordenação de Melhoria de Negócios, da Frente Parlamentar do Comércio Internacional do Investimento (FrenCOMEX). O parlamentar também está na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) e é vice-presidente da FCS – Frente Parlamentar de Comércio e Serviços para a Região Nordeste – inclusive, foi designado relator do PL 2.059/2019, de autoria do deputado Glaustin da Fokus (PSC-GO) na CDE, que altera o Código Civil para disciplinar a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores.



Afonso Florence (deputado federal licenciado)

Eleito para seu quarto mandato na Câmara dos Deputados, Afonso Florence se licenciou do cargo de deputado federal para assumir a Casa Civil do governo Jerônimo Rodrigues. Na última legislatura, atuou como vice-líder da Minoria na Câmara Federal dos Deputados, vice-líder da Oposição e membro das Comissões de Finança e Tributação e de Mista de Orçamento, entre outras. Seu mandato atuou para a defesa da democracia, dos direitos humanos, dos direitos civis fundamentais, dos trabalhadores, dos povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, negros, marisqueiras, pescadores, catadores de recicláveis, da agricultura familiar e dos movimentos de moradia. Sua atuação parlamentar resultou pela 6ª vez consecutiva na indicação, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), na lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.

O PT BAHIA NO SENADO COM JAQUES WAGNER

Jaques Wagner é o representante do PT baiano no Senado Federal. Nesta nova legislatura (57ª, que representa os quatro anos complementares de seu atual mandato), o parlamentar foi escolhido para ser o líder do Governo na Casa e tem se dedicado a orientar a base aliada nas votações e a negociar com a oposição e com a Presidência do Senado a melhor condução da pauta. Como líder, sua atuação também se concentra na aprovação das medidas provisórias no Senado, na urgência a matérias de interesse do governo, entre outras atividades.

O senador segue desempenhando com excelência esse trabalho, em especial na negociação com líderes da oposição para o veto presidencial acordado sobre determinadas matérias – como a MP 1150, que traz trecho prejudicial à conservação da mata Atlântica. Também é marcante a articulação para a retomada do debate sobre decretos de regulamentação do saneamento, editados pelo presidente Lula, e que foram derrubados em votação na Câmara dos Deputados. Em particular, nesta pauta, destaca-se o convite a senadores de oposição e da base aliada para dois encontros em que ministros vieram ao Senado para explicar aos parlamentares a importância de tais decretos para a volta dos investimentos num setor tão vital para as prefeituras e para a qualidade de vida das famílias brasileiras.

Entre muitos destaques de seu mandato está a pauta ambiental. Em 2022, seu segundo ano como presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que coincidiu com o último ano do governo anterior, o senador precisou dividir sua atuação em duas linhas: estimular o debate e a apresentação de projetos na linha da economia verde, da geração de energia limpa e da recuperação de biomas, de um lado, e evitar a progressão de projetos da chamada “boiada” ambiental, que promovem a destruição de áreas de preservação, aprovam o garimpo em terras indígenas, liberam agrotóxicos, premiam grileiros, entre outros retrocessos ambientais e civilizatórios.

Outra ação importante foi a condução e conclusão dos trabalhos do Fórum da Geração Ecológica (FGE), sendo o próprio senador o idealizador do projeto, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Entre os participantes, estiveram cientistas, especialistas em urbanismo, meio ambiente e demais áreas correlatas, representantes de movimentos sociais, da juventude, de ONGs e líderes religiosos, que debateram propostas para uma transição ecológica no país. O grupo foi dividido em cinco áreas temáticas - bioeconomia, cidades sustentáveis, economia circular e indústria, energia e proteção e restauração e uso da terra - e resultou em 26 propostas. Foram feitas 51 reuniões, totalizando mais de 100 horas de discussões técnicas. A equipe de execução do fórum, composta por facilitadores



e consultores, se reuniu por mais de 150 horas.

Dentre outras iniciativas, o relatório final contemplou um programa de garantia de emprego rural e urbano, além da criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que garanta investimento no chamado hidrogênio verde, fonte de energia limpa. O documento final também sugeriu um projeto de lei que incluía a construção de cinturões verdes na Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais. Os projetos resultantes do FGE já se encontram tramitando no Senado.

Temas como o aumento das queimadas e do desmatamento foram debatidos durante o tempo de realização do Fórum. É importante destacar o trabalho de não apenas apontar os problemas, mas de apresentar um rol de soluções, viáveis e robustas, e como enfrentar esses desafios no Brasil, dentro do contexto da necessidade de uma transição justa e equitativa. O debate abordou a necessidade de planejar um novo modelo de desenvolvimento, baseado em investimentos sustentáveis, nos campos social, econômico e ambiental.

Outros projetos de lei foram assinados em 2022 por Jaques Wagner. É o caso do PL 520/2022, que trata do crime de invasão de terras públicas a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade, tramita na Comissão de Agricultura. Este PL joga luz sobre a grilagem de terras, aumentando a pena para esse tipo de crime quando houver a participação de funcionário público e, principalmente, quando a grilagem de terras recair sobre área de Unidade de Conservação Ambiental, assim como sobre remanescente de quilombos e terras indígenas.

O PL 519/2022, por outro lado, regulamenta dispositivos constitucionais da reforma agrária para estabelecer a destinação de florestas públicas. Segundo os dados de 2020 do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, existem, no Brasil, 63.211.286 hectares de florestas públi-

cas tipo B, que são aquelas localizadas em áreas de domínio do Poder Público, mas que ainda não foram destinadas. Essas áreas ocupam 7,5% do território nacional e estão localizadas principalmente no bioma amazônico (96%). Devido à falta de destinação, essas áreas ficam sem ações específicas de monitoramento ou fiscalização por parte do poder público, bem como sem planejamento territorial efetivo que garanta sua utilização sustentável. Diante dessa situação, na prática, as florestas públicas não destinadas se transformam em terra de ninguém, ficando suscetíveis à grilagem, ao desmatamento, às queimadas e à mineração clandestina. Esse projeto se encontra também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.





A CULTURA

VOLTOU





Entrevista com Bruno Monteiro, secretário de Cultura da Bahia

Os últimos anos foram muito difíceis para a área da Cultura no Brasil, que sofreu um desmonte sem precedentes provocado pela gestão anterior. Quais os principais desafios do governo Lula para recolocar a pasta no lugar de destaque que ela sempre ocupou nas gestões do PT?

De fato, os últimos anos foram muito difíceis para a cultura, mas é importante deixar claro que o desmonte do setor antecede o governo federal anterior e mantém relações estreitas com a degradação da própria democracia brasileira. A gente não pode pensar o que a cultura

enfrentou nos últimos anos de maneira descolada de uma conjuntura política mais ampla. O lugar de destaque e prestígio que a cultura ocupou nos governos do PT começou a ser perdido, pelo menos, desde 2016, cujo marco é o golpe contra a presidenta Dilma. Dali em diante foi só ladeira abaixo para o setor cultural. É claro que de 2018 a 2022 o processo de degradação se intensificou porque o que o Brasil experimentou nesses quatro anos foi um processo violento de esgarçamento do próprio tecido social. A estupidez assumiu as rédeas do governo federal e colocou em operação um retrocesso sem precedentes em nossa história.

Eu identifico pelo menos duas frentes de ataques: a primeira delas tem a ver com o asfixiamento orçamentário: para produzir esse sufo-



camento o primeiro passo dado foi a dissolução do Ministério da Cultura, rebaixado à condição de Secretaria vinculada ao Ministério da Cidadania e depois do Turismo. E a segunda frente de ataque tem a ver com a guerra ideológica - ou Guerra Cultural, como alguns preferem chamar - da qual a Cultura foi alvo. Esse, aliás, eu avalio como o eixo do projeto autoritário dos últimos anos. A cultura passou a ser bombardeada por narrativas que a associavam à imoralidade pública, ameaça aos valores conservadores, ou mesmo prática de vagabundos. Cultura passou a ser vista e tratada como algo ameaçador e nocivo, que precisava ser sistematicamente destruído. Essa era uma visão, obviamente, desonesta, medíocre, rasteira e reduzida de cultura que indicava o tipo de país que se pretendia construir.

O desafio colocado, portanto, é o de resgatar e ampliar a noção de cultura e restituir as instituições que foram destruídas. Quando se tem uma noção ampliada de cultura, as possibilidades de promoção de políticas públicas também se tornam mais amplas. E essas políticas, é muito importante que se diga, precisam estar em sintonia com valores democráticos. Valores que reconheçam as singularidades territoriais, as diversidades - étnica, étnico-racial, religiosa, de gênero, de orientação sexual e de identidade de gênero. A cultura deve voltar a ser identificada como um vetor de promoção e reconhecimento de cidadania, como foi durante os governos do PT, com destaque especial para o período em que Gilberto Gil e Juca Ferreira foram ministros.

Temos, ainda, o grande desafio de aprimorarmos as políticas culturais de modo que elas alcancem um nível estrutural. As políticas culturais devem assumir status de política de Estado e não apenas de governo, para que elas possam adquirir solidez o suficiente para resistir aos ventos do fascismo que seguem nos rondando.

O que será feito através de muito trabalho: organizando o campo cultural via órgãos e instituições culturais; promovendo o diálogo dessas instituições nos três entes-federados (União, Estados e municípios); alargando a transversalidade da cultura; promovendo o intercâmbio cultural entre estados e outros países; e fortalecendo a economia da cultura.

O investimento na Cultura caiu de maneira drástica nos últimos anos. Como esse desmonte perpetrado pelo governo anterior impactou a sociedade?

De 2016 até 2022, a queda de investimento no setor cultural foi de 86%. Sendo que estamos falando de um setor que mantém relação de transversalidade com inúmeros outros. A cultura empregou, direta ou indiretamente, cerca de 7,5 milhões de trabalhadores no ano de 2020; e movimentou algo em torno de R\$ 230 bilhões. O equivalente a 3,1% do PIB nacional. Ou seja, um ponto percentual a mais que a indústria automotiva, que marcou 2,1%. Estes são dados de um estudo recente, produzido pelo Instituto Itaú Cultural, que nos alerta para a importância que a Economia da Cultura tem para o país. Quando autoridades públicas deixam de investir nesse setor, como aconteceu na gestão anterior, o que se está fazendo é atrasando todo um ciclo de oportunidades e de desenvolvimento econômico e social. O impacto social, portanto, foi o de precarização das atividades laborais dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura; a produção sistemática de subempregos ou mesmo de desempregos. Pra não falar na redução do acesso da população a

bens e serviços culturais bem como a redução das possibilidades de participação e influência social em políticas públicas de cultura.

Com o renascimento da Cultura na gestão Lula e um orçamento histórico destinado para o setor, quais são as perspectivas para a Bahia?

As perspectivas são muito promissoras. E não só porque o orçamento é histórico, mas também porque temos na Bahia um governo alinhado com as diretrizes federais. O governador Jerônimo Rodrigues é uma pessoa que tem muita sensibilidade política e humana para com o setor cultural e sempre faz questão de reforçar o lugar de importância que a cultura tem em sua gestão. Nosso governo tem trabalhado de maneira muito integrada. Não por acaso estamos desenvolvendo um conjunto de ações que visam retomar e valorizar o que temos de melhor em termos de órgãos e equipamentos culturais. Um exemplo é a reforma do Teatro Castro Alves, o nosso maior equipamento cultural e que vamos entregá-lo como o mais moderno do Brasil. Mas temos previsto, ainda para o ano de 2023, a entrega de mais dois novos museus, o Museu de Arte Contemporânea e o Museu do Recôncavo.

Agora, é claro que essa volta da cultura, através da recriação do Ministério da Cultura, e os incentivos federais que daí decorrem, potencializam ainda mais as perspectivas. As Leis de Fomento à Cultura, como a Lei Aldir Blanc II e a Lei Paulo Gustavo, vão, por exemplo, possibilitar que nós estejamos trabalhando ainda mais para aprofundar a nossa política de territorialização. O governador compreende a importância que tem a capital, dada a sua dimensão geográfica e populacional, mas sempre pede que tenhamos uma atenção igualmente sensível para com os interiores do estado. Então, temos colocado como meta a promoção da renovação também de equipamentos do interior, a reforma daqueles que necessitam, a dinamização, e qualificação de gestão e de pessoal. E tudo isso obedecendo uma outra diretriz da nossa ges-

tão que é a transversalidade. Pra gente cultura se faz com articulação. Não se faz cultura, por exemplo, sem considerar a sua interface com a ciência, a tecnologia e a educação. Por isso estamos chegando nos interiores em parceria com escolas e instituições culturais diversas de cada município.

Com a Lei Paulo Gustavo regulamentada, como os recursos serão distribuídos para os municípios e estados?

A distribuição dos recursos se dará de maneira regulada. Cada ente federado (estados e municípios) terá até o dia 12 de julho para cadastrar seus Planos de Ação de execução da Lei, junto ao Ministério da Cultura, através da plataforma “Transferegov” – que é a plataforma que o governo federal está utilizando para realização dos processos de transferência de recursos. No local, deve ser indicado a maneira como os recursos serão aplicados, obedecendo-se o que é definido em Lei. Na sequência, o MinC aprova ou indica possíveis alterações no Plano de Trabalho. Uma vez o Plano aprovado, o município ou Estado estará habilitado a receber o recurso.

De maneira estratégica, aqui na Bahia nós nos antecipamos na elaboração desse plano, fomos os primeiros a apresentá-lo e o primeiro estado a ter o seu plano aprovado. Receberemos um total de R\$ 286 milhões, dos quais R\$ 148 milhões virão para o Estado, através do Fundo de Cultura do Estado da Bahia; e R\$ 138 milhões, direto para os municípios.

No momento atual, felizmente, vários municípios também já tiveram os seus planos aprovados. E para os que ainda não apresentaram nós estaremos os sensibilizando para que o façam. Além de disponibilizar, com o suporte da nossa equipe técnica, a capacitação para gestores culturais. Essa é uma maneira de colaborar tirando eventuais dúvidas acerca do processo de seleção; chamando atenção para os prazos, e contribuindo mesmo com a qualificação dos

diversos Planos de Trabalho. Acreditamos que esta é uma maneira de garantir a democratização do acesso aos recursos para que estes contemplem a totalidade dos municípios. Pra gente é muito importante que o recurso chegue em todos os talentos culturais e artísticos do nosso estado e seja todo ele investido. Afinal, a Lei Paulo Gustavo resulta da resiliência e da luta de muita gente. É preciso fazer valer cada centavo, inclusive, como uma forma de valorizar o que nos foi negado nesses últimos anos. Sem contar que esse recurso vai gerar impactos tanto econômicos, através da geração de empregos e renda; quanto impactos sociais. A gente sempre ouviu de maneira muito comovida que o Estado só chegava em determinados lugares através do uso ostensivo da força. Estamos agora diante de uma inescapável oportunidade de fazê-lo chegar também através de investimento e incentivo à cultura.

A Bahia é também protagonista nessa retomada da Cultura no país. De que forma está sendo construída a agenda no estado? O que vem por aí?

Quando o decreto de regulamentação da Lei Paulo Gustavo foi assinado pelo presidente Lula e pela ministra Margareth Menezes, aqui na Bahia, eu escrevi um artigo para o jornal a Tarde no qual abordei justamente esse protagonismo que a Bahia tem nesse processo de refazimento da cultura nacional. Lembro ter afirmado que o nosso estado estava no centro de uma verdadeira guinada do setor cultural. Essa centralidade e esse protagonismo se expressavam, naquele momento, no simbolismo contido em a Bahia ter sido escolhida como sede para a assinatura do decreto e ele veio a se confirmar com o nosso pioneirismo na aprovação do plano de trabalho da Lei Paulo Gustavo. Nós seremos também o primeiro estado a receber os recursos previstos pela lei.

Nunca é demais lembrar que esse pioneirismo é fruto de muito trabalho, organização e plane-



jamento. A nossa agenda estratégica para o ano de 2023 vem sendo construída com muito diálogo e esmero. Definimos três eixos de ações para que pudéssemos desenvolver um bom trabalho: as ações estruturantes; as ações transversais; e as ações permanentes.

São exemplos de Ações Estruturantes o nosso “Diálogos Setoriais das Artes da Bahia”, realizado com muito êxito, em abril, onde contamos com a participação ativa de amplos setores da sociedade civil (artistas, produtores e gestores culturais, organizações e representantes territoriais de cultura, etc.). O Encontro de Gestores Municipais de Cultura da Bahia, este realizado em maio, na sede da UPB, onde se fizeram presentes representantes dos 27 territórios de identidade da Bahia. Além da articulação de retomada das Conferências de Cultura; a revisão do Plano Estadual de Cultura; o diálogo permanente no Conselho Estadual de Cultura, onde nos fazemos sempre presentes. O conselho,

inclusive, acaba de eleger nova mesa diretora, tendo Gilmar Faro como novo diretor e a Negra Magno, como sua vice, a quem aproveito para parabenizar.

As ações transversais dizem respeito às ações realizadas em conjunto com outras secretarias do estado, como o Bahia Sem Fome. Esse programa importantíssimo do Governo do Estado tem como objetivo combater a fome em nosso estado, e a nossa secretaria vem contribuindo com ele por meio de um conjunto de ações de mobilização e sensibilização para a arrecadação de alimentos. Mas temos também trabalhado diligentemente nas ações de comemoração e celebração do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, com uma agenda bem intensa de atividades que tem, dentre outros, o objetivo de promover o resgate da autoestima e enaltecer a bravura do povo baiano que, ao longo da história, vem sendo protagonista na luta pela independência e liberdade do país.

BREVES CONSIDERAÇÕES **SOBRE O INSTITUTO DA** **FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA** **E SUA VIGÊNCIA NAS ELEI-** **ÇÕES MUNICIPAIS DE 2024** **(1ª PARTE)**

De início, para contextualizar, a inclusão da Federação Partidária em nosso ordenamento jurídico brasileiro foi a opção mais viável encontrada pelos partidos visando superar a cláusula de desempenho constituída pela Emenda Constitucional nº 97/2017 e concentrar nosso sistema político, principalmente pela vedação à celebração de coligações partidárias nos pleitos realizados pelo sistema proporcional, para a escolha de deputadas(os) e vereadores e vereadoras, desde as eleições de 2020.

Conceito e principais características:

Criada pela Lei nº. 14.208/2021, a Federação Partidária permite que dois ou mais partidos políticos que guardam afinidade programática se reúnam para disputar a eleição como se fossem um único partido, nos níveis federal, estadual e municipal, e, tendo suas candidatas e candidatos eleitos(as), deverão seguir atuando conjuntamente por todo o mandato no parlamento e nas câmaras de vereadores e vereadoras, com previsão de rígidas sanções, na hipótese de seu descumprimento.

Enquanto aguardamos as alterações legislativas ordinárias e estatutárias e resoluções do TSE, que normatizarão com mais exatidão o processo eleitoral de 2024, com base nos instrumentos normativos vigentes, em especial a Lei no.14.208/2021 e as Resoluções do TSE no 23.670/2021 e 23.675/2021, formulamos algumas situações para contribuir para melhor compreensão do instituto Federação:

1. Teremos eleições municipais com partidos federados?

Sim, teremos. Diante da vinculação quadrienal entre os partidos federados constituída no início do processo eleitoral de 2022, as eleições municipais ocorrerão em meio à validade da Federação.

2. Quais as principais características de uma federação?

A Federação possui caráter nacional e vigorará por prazo indeterminado, devendo permanecer, obrigatoriamente, unida por um período mínimo de 4 anos. Podendo, após este período, in-

cluír ou excluir outros partidos, no curso da sua existência.

Diferente da Coligação que só vigora durante o período eleitoral, a Federação de partidos que a compõem deverá registrar seu programa e estatuto perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os partidos que a compõem deverão permanecer unidos tanto no curso da campanha eleitoral quanto durante a legislatura.

Registra-se ainda que, no seio da sua existência - lei no. 14.208/2021 -, a Federação também traz em si um conjunto de estímulos que promove a possibilidade de construção e execução coletiva de projetos políticos para o País, conforme como poderemos observar nos seguintes trechos do Programa e do Estatuto da “Federação Brasil da Esperança”:

[...] Os partidos que compõem a Federação se comprometem com a construção de um Projeto de desenvolvimento econômico, produtivo, social e ambiental, com democracia, inclusão e soberania, que dê respostas aos dilemas e desafios da contemporaneidade e que seja capaz de enfrentar as amarras do neoliberalismo contra as instituições, contra a cultura democrática e contra o crescimento econômico. [...]

A FEBRASIL tem como finalidade a construção de unidade política e ação conjunta dos partidos políticos associados, em todo território nacional, na defesa e implementação do seu programa, com estrita observância deste estatuto e dos demais documentos aprovados pela sua direção nacional. (art. 2º do Estatuto)

Assim, após sua constituição - política e jurídica -, a Federação “atuará como se fosse uma

única agremiação partidária” (art. 11-A da Lei 9.096/95), apresentando-se como entidade junto às instituições e à sociedade, antes e durante os processos eleitorais, e após, com suas bancadas legislativas eleitas.

3. A Federação interfere na autonomia partidária prevista no § 1º. do artigo 17 da Constituição Federal?

Não, em hipótese alguma. O partido político federado preserva: (i) nome, sigla e número, com o qual concorrerão seus filiados, embora candidatos(as) lançados(as) pela Federação; (ii) seu quadro de filiados; (iii) o direito ao recebimento dos repasses de recursos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão para a veiculação de propaganda partidária; (iv) o dever de prestar contas e (v) a responsabilidade pelos recolhimentos e sanções que lhes sejam imputados por decisão judicial. (art. 5º. da Res.TSE nº. 23.670/2021)

4. Como compatibilizar a autonomia e identidade na Federação?

Os partidos deverão atuar de forma conjunta, observando os direitos e os deveres que assistem aos partidos políticos dentro da Federação, sempre buscando o diálogo e o consenso a fim de vencer os desafios e dirimir as diferenças na busca de obter objetivos maiores em benefício da coletividade.

Como devemos administrar os interesses partidários e caminhar juntos com outros partidos enquanto uma Federação? Com muito diálogo, buscando sempre chegar num consenso.

5. Quem define as regras inerentes ao custeio, manutenção e funcionamento da Federação?

Cabe ao estatuto da Federação prescrever tais regras, destacando-se que é possível realizar gastos com recursos do Fundo Partidário, “desde que não integrem parcela cuja aplicação é vinculada por lei”.

O Estatuto define as regras! Exemplo: Os três partidos que compõem a Federação realizaram juntos um seminário para filiados. Neste caso, na prestação de contas dos partidos, este evento poderá entrar como sendo um gasto da Federação? Pode, a resolução prevê isso! Seguindo o exemplo, na prestação de contas pode constar que os custos para a realização deste evento específico foram gastos da Federação.

As normas completas estão disponíveis no Estatuto da Federação Brasil da Esperança, disponível no site do PT Bahia.

6. Como a Federação prestará contas à Justiça Eleitoral?

A prestação de contas da Federação corresponderá àquela apresentada pelos partidos que a integram e em todos os níveis de direção partidária, e a sua regularidade será verificada na respectiva prestação de contas do partido político que realizou o gasto.

Tudo caminha para que se repitam nas eleições de 2024 os procedimentos e regras aplicadas aos partidos federados nas eleições gerais de

2022.

Não existe uma prestação de contas da Federação. Se houver algum gasto com a Federação, ele vai ser declarado na prestação de contas do partido que gastou com a Federação (na realização de um evento para os partidos federados, por exemplo).

7. Todos os partidos que compõem a Federação existente no município deverão estar regulares para participarem do pleito em 2024?

Sim, com certeza, tanto as comissões provisórias quanto os diretórios municipais deverão manter-se válidos perante a Justiça Eleitoral.

8. O julgamento de “contas não prestadas”, com anotação irregular ou suspensão de um dos partidos que integra a Federação, poderá comprometer o registro e/ou a atuação eleitoral da Federação?

Sim, por vias reflexas, o partido que deixou de apresentar a prestação de contas (anuais ou eleitorais) perante a Justiça Eleitoral poderá sofrer a penalidade da suspensão do órgão, após ingresso de representação pelo Ministério Público Eleitoral, assegurando-lhe ampla defesa.

Torna-se imprescindível caminhar com maior segurança possível nessa temática, considerando que poderão ocorrer interpretações diversas pelos juízes eleitorais, como aconteceu em 2022 em alguns tribunais, além do curto tempo das campanhas, motivo pelo qual os dirigentes deverão regularizar, com maior brevidade possível, as pendências do partido perante a Receita Federal (CNPJ) e com a Justiça Eleitoral, (leiam o Informativo nº. 2 do PT Regional que foi encaminhado para todos os DMs e CPS por e-mail da SORG/BA).

A não prestação de contas de um partido pode comprometer a Federação, o conjunto dos partidos federados.

9. A Federação poderá coligar com outra(s) federação(ões) e/ou partidos?

Sim, apenas para as eleições majoritárias.

10. Será preciso a representação municipal da Federação proceder anotação perante o Juízo Eleitoral correspondente?

A nosso ver, sim, será a forma de legitimar a participação da Federação nos pleitos eleitorais, conforme modelo adotado nas eleições gerais de 2022. Contudo, precisaremos aguardar a sua regulamentação pela Comissão Executiva Nacional da Federação, nos termos do art. 23 do estatuto da FEBRASIL.

No caso da Federação Brasil da Esperança, os três partidos precisam se reunir para registrar a Federação na Justiça Eleitoral.

11. Como se dará a composição das listas proporcionais?

Nos termos do art. 10. da lei nº 9.504/1997 (art. 10ª), o número máximo de candidaturas equivale a 100% das cadeiras em disputa mais um (1), exigindo-se ainda que o percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas seja observado tanto globalmente na lista quanto nas indicações que cada partido fizer (Res.-TSE nº 23.609/2019, art. 17, § 4º-A).

12. Caso só haja um partido da Federação no município, este poderá concorrer representando a Federação?

Sim, para participar das eleições, a Federação deve constituir-se validamente até 6 (seis) meses antes da data do pleito, e ter no município, ao menos, um órgão de direção, definitivo ou provisório, do partido que compõe. (art. 6º - A da Lei 9.504/97)

No próximo informativo teremos o passo a passo do processo eleitoral - convenção da Federação para escolha dos candidatos(as) a prefeito(a)/vice e vereadoras e vereadores e os respectivos pedidos de registros, etc. -, bem como a questão da fidelidade partidária e o funcionamento legislativo, acesso a recurso financeiro público, tempo de rádio e televisão e outros temas correlacionados.



Sara Mercês,
advogada especialista em Direito Eleitoral e assessora jurídica do PT Bahia

PTISTA
de verdade

**TRAZ MAIS UM,
PRO LADO DE CÁ!**



FILIE-SE AO PT

pt.org.br/filiacao 🔍



BAHIA



Confira alguns trechos de entrevistas, textos e discursos recentes do nosso presidente [Éden Valadares](#).

“A militância do PT foi a principal responsável por nossa vitória em 2022. E é ouvindo o nosso partido que conseguiremos alcançar o objetivo de fazer uma gestão ainda melhor. Wagner pavimentou, Rui acelerou e com Jerônimo faremos a Bahia decolar”

- Ao comemorar a vitória de Lula e Jerônimo

FALA, PRESIDA

“PT chega aos 43 anos com mais vitalidade, força e capacidade de militância do que nunca”

- Festejando o aniversário do partido, em 2023

“É com o sentimento de esperança que ocupamos as ruas mais uma vez. Temos muita confiança de que os governos do PT vão reverter as perdas acumuladas. Seguiremos sempre lutando por dias melhores”

- No 1º de Maio, Dia do Trabalhador

“O MST não é somente o maior e mais simbólico dos movimentos sociais do Brasil, é também o mais generoso, sempre presente nas principais lutas da classe trabalhadora”

- Durante evento comemorativo do MST

“Vamos apresentar à sociedade soteropolitana um projeto com a cara do PT, com a cara dos governos da Bahia, um projeto mais humanizado, que reconheça as singularidades do nosso povo e que cuide de gente”

- Ao comentar sobre as próximas eleições municipais, de Salvador

“Salvador precisa ser, pertencer e acolher todos e todas”

- Ao desejar melhores dias para a capital baiana

“A campanha da Bahia, a eleição de Jerônimo, a vitória do filho do vaqueiro, de descendência indígena, do professor com a cara do povo. Esse ano foi histórico, absolutamente marcante, não só para mim que estou presidente do PT, mas para toda a nossa militância. Inesquecível”

- Avaliando o ano de 2022

“Jerônimo chegou chegando, acelerando o ritmo de trabalho da administração, reabrindo os canais de diálogo com a sociedade, firmando importantes parcerias com o governo Lula e dando uma nova cara, deixando sua marca em temas relevantes como o combate à fome”

- Ao avaliar os 100 primeiros dias de governo de Jerônimo



1ª Executiva (2023)



1ª Executiva



Dia de Iemanjá



Dia de Iemanjá



Ato de Filiação
do Sincotelba



GALERIA

de fotos



va (2023)



Dia do Trabalhador



Dia do Trabalhador



manjá



Aniversário de 43 anos



Aniversário de 43 anos



Lavagem do Bonfim



Dia de Iemanjá



Entrega de Residencial do Minha Casa, Minha Vida

A



Sarau Lilás



Dia da Mulher



*Siga
nossas
redes*

 **ptbahia13**

  **@ptbahia**

 **@ptbahia**

 **TVPTBahia**

 **(75) 8303-8087**



BAHIA

